

**As contribuições da cartografia e da iconografia para o estudo da
transformação urbana do Rio de Janeiro colonial**

Frederico Braidá

Professor Doutor; UFJF, Brasil
frederico.braidá@arquitetura.ufjf.br

RESUMO

Este artigo aborda o tema da cartografia e da iconografia colonial brasileira, mais especificamente, aquelas que mencionam a cidade do Rio de Janeiro. O objetivo principal deste trabalho é evidenciar a cartografia produzida no Período Colonial brasileiro, em especial a de origem portuguesa, como uma das formas de registro gráfico possível e como fonte de pesquisa sobre o processo de formação do espaço urbano no Rio de Janeiro. Do ponto de vista metodológico, pode-se dizer que este artigo é fruto de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, cujas fontes coletadas são tanto bibliográficas quanto iconográficas. Primeiramente, busca-se tecer considerações sobre o cenário em que se deu a expansão marítima, a qual propiciou o “Descobrimento do Brasil” e a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Em seguida, apresenta-se, à luz de pesquisadores como, por exemplo, historiadores e geógrafos, o que se entende por “cartografia”. Ao final, ressalta-se a relevância das cartas, das plantas e dos mapas para o estudo das cidades coloniais brasileiras, evidenciando-se como as peças da cartografia que citam o Rio de Janeiro constituem-se como elementos de memória que se manifestam como importantes subsídios para a compreensão dos antecedentes das espacialidades do Rio de Janeiro que vivenciamos nos dias de hoje.

PALAVRAS-CHAVE: Cartografia. Espaço urbano. Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

A expansão marítima é, sem dúvidas, um marco inicial dos tempos modernos. Com ela, a Revolução Comercial foi impulsionada e o eixo econômico transferido do Mediterrâneo para o Atlântico. Com a “descoberta” da América — o novo continente — a economia europeia foi aquecida. E, com sistema colonial, o qual se encaixava nos parâmetros mercantilistas, como, por exemplo, o protecionismo e o monopólio, a América entrou na história econômica do mundo.

A monarquia lusitana merece destaque no cenário da expansão marítima pois, com a Escola de Sagres, um centro de sistematização e ensino dos conhecimentos da arte de navegar, desenvolveu sofisticadas técnicas de navegação. O governo português, já no século XV, passou a incentivar as atividades mercantis, pois havia percebido a importância do desenvolvimento do comércio para o progresso de Portugal.

Com o Renascimento, a cultura racional e científica foi enfatizada. Foi proposto um novo modo de vida, o qual já não era mais feudal, distinto daquele praticado na Idade Média, mas relacionado à expansão comercial, à reforma religiosa e ao absolutismo político. Assim, a expansão ultramarina encontrou, no contexto do Renascimento, um ambiente altamente propício para o seu desenvolvimento.

O “Descobrimento do Brasil” se deu em 1500 e se, por ventura, estas terras aparecem ao acaso no mapa, não foram deixadas ao léu. Afinal, aquilo que se chamaria de Brasil forneceu, a baixo-custo, matéria-prima, metais preciosos e alimentos para a metrópole e dela consumiu bens manufaturados bastante custosos. Assim nasceu, oficialmente, o Brasil.

Este país que nos habituaram a acreditar produzido por casualidades, nasceu pronto, foi ocupado a partir de decisões de governo pré-elaboradas. Basta pensar nas primeiras tentativas de conciliar administração e território; aquelas capitânicas hereditárias, linhas paralelas feitas a esquadro sobre uma terra que nem se sabia como era e o que continha. Mas que se queria disciplinada e sob controle, aumentando a glória e riqueza dos colonizadores (SANTOS, 1988, p. 39).

Em 1º de março de 1565, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro foi fundada pelos portugueses. Inicialmente, a cidade se estabeleceu na entrada da baía da Guanabara, em um morro denominado Cara de Cão, porém permaneceu ali por apenas dois anos, ou seja, até 1567. Então, a cidade foi transferida para o Morro do Castelo, no interior da baía. Essa era uma estratégia de defesa contra os ataques dos estrangeiros. Até o final do século XVII, quando o Rio se tornou a segunda cidade da colônia, a cidade assumiu a cabeça das capitanias do Sul e tornou-se sede de um bispado. Assim, o Rio de Janeiro já se destacava no cenário colonial.

Naquela época, cabia aos órgãos superiores da administração do Império Atlântico português governar as terras do continente americano. Entretanto, os diferentes conselhos que cuidavam do Rio de Janeiro estavam distantes. Tecnicamente havia um problema: como governar um território que não se conhece? É por isso que Álvarez (2001) menciona que a capacidade de o poder metropolitano governar e intervir nas estruturas física e política da cidade do Rio estava diretamente relacionada às informações adquiridas por meio das imagens visuais e mentais.

Para os aparelhos régios do poder, tornava-se fundamental ter esta cidade tão importante diante dos olhos através de mapas e plantas. Estes instrumentos visuais forneciam uma imagem que lhes permitiu capturar a ideia dos espaços da cidade e de seu entorno, dando suporte a tomada das decisões. Diogo Ramada Curto afirmou que o "controle do espaço" foi uma operação político-administrativa que se apoiou no conhecimento do lugar obtido graças à produção de informações, relatórios, tabelas gráficas, notícias. Tais aquisições eram elaboradas por gente de índole prática, habituada à racionalidade, à pesar a medir e a avaliar: mercadores, padres, militares, pilotos juristas, funcionários. **Porém a mais importante aquisição de saberes que permitia ver o objeto, repousava nos mapas (ALVAREZ, 2001, grifo nosso).**

Assim, percebemos que a cartografia, enquanto documentos de registros sobre as cidades, merece atenção. Para os arquitetos e urbanistas, é praticamente impossível trabalhar sem lidar com representações gráficas das cidades. Benevolo (1999) apresenta uma enorme iconografia (mapas, plantas, vistas, entre outras formas de representação) que complementa o texto e que, muitas vezes, fala por si mesma. Eis, nesta obra, um bom exemplo de como a cartografia e a iconografia contribuem para a construção da história das cidades.

OBJETIVO

Neste artigo, o objetivo principal é evidenciar a cartografia colonial, em especial a de origem portuguesa, como uma das formas de registro que nos auxiliam na compreensão da formação urbana do Rio de Janeiro. Busca-se apontar a relevância que a cartografia pode ter para o estudo da história da cidade, uma vez que, no Período Colonial, os instrumentos de registro se limitavam, praticamente, à escrita e ao desenho e o interesse dos portugueses pelas artes náuticas estava estreitamente relacionado ao desenvolvimento da cartografia.

METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico, pode-se dizer que este artigo é fruto de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório. Levando-se em consideração a fonte de coleta de dados, trata-se de uma pesquisa tanto bibliográfica quanto iconográfica. Deve-se destacar que se optou pela revisão de literatura narrativa.

Na pesquisa, buscou-se correlacionar a relevância da cartografia como registro de memória e sua contribuição para a compreensão dos processos de transformação urbana do passado ao presente. Dessa forma, o recorte temporal adotado se estende desde a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro pelos portugueses até a Proclamação da República no Brasil, ou seja, do século XVI ao XIX.

O recorte espacial está circunscrito à cidade do Rio de Janeiro, uma vez que o objeto de pesquisa é configurado pelo conjunto de dados cartográficos e iconográficos do período colonial dessa cidade.

RESULTADOS: A CARTOGRAFIA COMO ELEMENTO DE REPRESENTAÇÃO

De acordo com Argan (2005, p. 225), “ainda não ficou decidido se o urbanismo é arte ou ciência, sociologia, economia, política, tecnologia”. Semelhante ao que acontece com o campo do urbanismo, e com diversos outros campos do conhecimento, a cartografia deve ser entendida como um resultado híbrido de ciência e arte. Joly (1990, p. 8) afirma que cartografia é

o conjunto dos estudos e das operações científicas, artísticas e técnicas que intervêm a partir dos resultados de observações diretas ou de exploração de uma documentação, em vista da elaboração e do estabelecimento de mapas, planos e outros modos de expressão, assim como de sua utilização.

Novo e Martín-Merás (1992, p. 12) escrevem:

Entendemos por cartografia a arte, ciência e tecnologia de fazer mapas e o estudo destes como documentos científicos e artísticos. Por sua vez, o mapa seria todo tipo de representação em escala, da terra ou de qualquer corpo celeste. Dentro dessa denominação se inclui toda classe de mapas, planos, cartas, desenhos arquitetônicos e seções de edifícios, modelos tridimensionais e globos (tradução nossa).

O interesse que o homem tem por conhecer o mundo em que vive parece ser anterior ao advento do pensamento científico, e, antes de tudo, é uma questão de sobrevivência. Mas, certamente, há o interesse intelectual seguido por outros, relativos ao comércio, à dominação e à apropriação do espaço. Segundo Novo e Martín-Merás (1992, p. 11), à medida que o homem aumenta seu conhecimento sobre o mundo, a representação cartográfica também se desenvolve.

O desenho de cartas e mapas precedem, na maioria das sociedades humanas, à escrita e ao uso dos números, ainda que não tenham sido considerados alvos de estudo e conservação até o Renascimento italiano (NOVO; MARTÍN-MERÁS, 1992, p. 11). Segundo os mesmos autores, “fazer um mapa é uma atividade inata ao homem” e assinalam que os nativos de um determinado lugar indicavam novos rumos para os viajantes desenhando no chão, com varas, um esquema do caminho, acrescentando, às vezes, ramos ou pedras para destacar algum ponto notável.

Então, os mapas já nasceram como elementos de comunicação e forma de registro do espaço dominado. Novo e Martín-Merás (1992, p. 11, tradução nossa) afirmam, ainda, que “inclusive para os povos primitivos que viviam como guerreiros e caçadores nômades, era vital conhecer a direção e distância de seus percursos, e sentiam também a necessidade de comunicarem uns aos outros o conhecimento acerca do território”.

O mapa é, também, em última instância, uma iconografia, já que o termo iconografia não é específico de uma determinada área de estudo. Segundo o Dicionário Virtual Michaelis, um significado possível para “iconografia” é a “arte de representar por imagens”. Podemos ressaltar que o principal aspecto que aproxima a cartografia da iconografia diz respeito à representação da realidade. Tanto os mapas quanto as imagens em geral são simplificações do mundo real. Entretanto, não podemos desprezar a capacidade que as imagens têm de criar novos mundos.

Um mapa pode ser veículo para representar a realidade com o máximo de fidelidade, ou pode ser um instrumento ilustrativo que auxilia na apresentação de um tema ou de um fato. Neste último caso, há maior liberdade criativa, e os gráficos podem subverter as regras fundamentais para a elaboração de mapa (RAHY, 2002, p. 41).

Quéau (1995), referindo-se às imagens virtuais, aponta que, por meio delas, o mundo real é transformado em uma imagem e as imagens se tornam reais. No entanto, observamos que esta relação biunívoca foi desde sempre verdadeira e não podemos desconsiderá-la no estudo da cartografia, sobretudo, aquela do Período Colonial.

Alvarez (2001) nos lembra que

tal como ocorreu com a representação do sexo dos personagens nas gravuras clássicas japonesas, a cidade nos mapas antigos é agigantada intencionalmente. No caso colonial, por ser a cidade um artefato imposto pelo colonizador sobre a natureza tropical, ela tem que destacar-se. O mapa como representação construída, é imaginado através das construções urbanas analógicas como casas, conventos, igrejas, solares, fortalezas que permite ao poder metropolitano - mais uma vez - saber e conhecer. Estes objetos são às vezes, tão grandes quanto os acidentes geográficos onde estão inseridos.

Por fim, é importante ressaltar que o século XVI pode ser considerado como “o século de ouro da cartografia lusa”. Como é naquele século que se deu o desenvolvimento de relevantes cidades coloniais brasileiras, a cartografia portuguesa pode ser tomada como fonte

de imagens daquele espaço desbravado. Rica em representações simbólicas, algumas ainda vinculadas ao pensamento medieval, a cartografia, sobretudo portuguesa, é fonte de pesquisa sobre os primeiros episódios da evolução urbana brasileira.

A RELEVÂNCIA DA CARTOGRAFIA PARA COMPREENSÃO DA EVOLUÇÃO URBANA DAS CIDADES COLONIAIS BRASILEIRAS

Os mapas do mundo dos séculos XVI e XVII são fontes que revelam as maravilhas das terras “descobertas” (ou dominadas). Nos mapas portugueses que retratam o Brasil, o uso de imagens de papagaios e gigantes como elementos de decoração é recorrente. Essa cartografia “constitui um exemplo emblemático de uma sobrecarregada e rica decoração nas quais se destacam as cenas exóticas e a vegetação das zonas descobertas junto aos dourados das rosas dos ventos” (NOVO; MARTÍN-MERÁS, 1992, p. 13, tradução nossa).

Reis (2000, p. 8) afirma que “o conhecimento que temos do Brasil Colonial é quase todo baseado em documentos escritos. Os estudantes, assim como a grande maioria da população, não têm ideia de qual teria sido a aparência das vilas e cidades nos primeiros séculos de colonização”.

Os registros textuais são, sem dúvidas, fontes de pesquisa possíveis para investigações sobre o espaço das cidades no passado. Entretanto, segundo o Centro de Estudos de Urbanismo e Arquitetura, “a cartografia constitui uma fonte documental privilegiada para a compreensão do nosso passado urbano e para o estudo da história urbana”.

Neste contexto, o trabalho de Reis (2000) merece destaque, pois reúne ilustrações de diversas cidades brasileiras, as quais foram coletadas em bibliotecas e arquivos brasileiros e europeus. Rahy (2002, p. 27) menciona que o trabalho de Reis

pode contribuir para as novas interpretações da história urbana do Brasil. Também aponta para as possibilidades de pesquisa que este acervo propicia, seja sobre a atividade planejadora no mundo luso-brasileiro, seja permitindo uma renovação nos processos de aprendizado da história do Brasil, em todos os níveis de ensino.

Ao se referir à cartografia das cidades coloniais, Rahy (2002, p. 30) menciona que a tomando como base, poderíamos realizar uma diversidade de investigações,

desde as razões da escolha do sítio para a implantação dos núcleos urbanos, até conceitos teóricos subjacentes aos traçados urbanos. Por exemplo, a forma de representação de uma edificação pode indicar a sua maior ou menor importância institucional, as relações de poder que regiam a sociedade e as estratégias de defesas dos governantes. São de igual relevância os aspectos técnicos implícitos nas representações.

A autora ainda comenta que,

para as cidades que tiveram relação metrópole/colônia, a análise das suas cartografias torna possível a investigação das ligações entre seus desenvolvimentos urbanos e, por conseguinte, das suas culturas. No caso de Portugal os traçados urbanísticos das colônias, em alguns casos, foram experimentais para posterior aplicação na metrópole (RAHY, 2002, p. 30).

A CARTOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO COLONIAL

A cartografia do Rio de Janeiro Colonial encontra-se dispersa em algumas publicações. Faria (2005) aponta, em seu trabalho, duas relevantes cartas que aparecem a cidade do Rio de Janeiro: (1) o planisfério de Pirî Reis, de 1513, existente no Palácio Topkapi, em Istambul e (2) a *Tabula hec regionis magni Brasilis*, ou *Terra Brasilis*, atribuída aos cartógrafos Lopo Homem, Pedro e Jorge Reinel, a qual faz parte do conhecido Atlas Miller, 1519, pertencente à Biblioteca Nacional de França.

Na primeira carta, há

figurações míticas como o unicórnio e criaturas acéfalas, ou ainda lendárias, como a de São Brandão que, em sua viagem pelo Atlântico, teria ancorado em cima de uma baleia. Na costa oriental brasileira aparecem pela primeira vez duas localidades: Cabo Frio (kav Fryio) e Rio de Janeiro (Sano Saneyro) (FARIA, 2005).

A segunda carta citada é considerada a primeira carta econômica do Brasil e a primeira imagem do desmatamento no país. A Biblioteca Nacional possui uma reprodução, a qual faz parte de uma obra editada em 1965, intitulada “*A mui leal e heroica cidade do Rio de Janeiro*”.

Os governadores das capitanias das regiões Sudeste e Nordeste, no século XVIII, contrataram cartógrafos e engenheiros militares para realizarem os levantamentos e mapas das áreas sob sua administração. Manuel Vieira Leão produziu o mapa da Capitania do Rio de Janeiro. Além destes mapas, Faria (2005) cita as cartas náuticas de José Fernandes Portugal, como o Plano do Rio de Janeiro e Carta reduzida do Oceano Atlântico; a carta náutica de Antônio José de Araújo, intitulada Parte da costa do Brasil; e documentos cartográficos de viajantes como La Perouse (FARIA, 2005).

Uma publicação sobre Rio de Janeiro Colonial é o CD-ROM intitulado “RIO 500: o Rio de Janeiro no século XVI”. Segundo Raminelli (2000, p. 13), esse CD-ROM reúne especialistas sobre a história e o mundo natural do Rio de Janeiro. Ele afirma que um dos objetivos desse trabalho, dotado de recursos audiovisuais, é divulgar pesquisas que dificilmente sairiam dos circuitos acadêmicos. “Para tanto, recorreu-se a uma enorme variedade de imagens: gravuras, telas, mapas, esculturas, filmes, entre outras, que foram produzidas na época dos descobrimentos ou posteriormente”.

Outra contribuição para o estudo da cidade do Rio de Janeiro colonial é o CD-ROM idealizado pelos pesquisadores do PROURB/FAU/UFRJ, produto resultante da pesquisa intitulada “Rio de Janeiro: evolução dos sistemas simbólicos das cidades latino-americanas”. Segundo Kós (1998, p. 7), “o objetivo desse trabalho é criar um modelo que permita múltiplas

formas de acesso a vários níveis de informação com um mínimo de elementos que permita este acesso de forma clara e eficiente”. A combinação dinâmica de texto e imagem (seja bidimensional ou tridimensional) faz deste trabalho um novo instrumento lúdico de pesquisa.

Assim, esses dois produtos multimídias constituem fontes de pesquisa para o estudo da cidade do Rio de Janeiro do Período Colonial. Segundo Pereira (2004, p. 326), “a adoção de representações digitais permitidas pelos sistemas de informação geográfica e por tecnologias de computação gráfica permitem novas formas de visualização e representação de informações espaciais”. Também sob esses aspectos, ambos trabalhos trazem para a comunidade científica uma grande contribuição.

ASPECTOS DO RIO DE JANEIRO COLONIAL REGISTRADOS NA CARTOGRAFIA

Tal como mencionado, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro foi fundada em 1565, junto à entrada da baía de Guanabara. Contudo, no final do século XVI, o Morro do Castelo começou a ser abandonado, pois o período das invasões parecia estar superado. Além disso, na várzea, próximo ao mar, era muito mais fácil de se viver.

Um dos fatores que impulsionaram a ocupação da várzea foi a construção do Mosteiro de São Bento, no início do século XVII. Entretanto, a ameaça de invasão holandesa, em 1623, levou o governo a refazer os muros no Castelo, reforçar as fortificações e adiar a transferência da Cadeia e Casa da Câmara.

O traçado do núcleo inicial, desenvolvido no século XVI, era irregular, pois foi adaptado ao sítio. Já a planície teve um traçado mais regular, apresentando algumas ruas transversais e outras paralelas ao Morro de São Bento. Mesmo assim, prevaleceu o traçado tortuoso e orgânico, muito contrastante com o desenho das cidades de colonização espanhola. “Tal como acontecera em Lisboa ou no Porto, é o sítio que molda a cidade e não o contrário” (PORTAS, 2000, p. 164).

Lamas (1992, p. 63) afirma que a forma urbana não pode ser desligada do seu suporte geográfico e que o “sítio contém já em muitos casos a gênese e o potencial gerador das formas construídas, pelo apontar de um traçado, pela expressão de um lugar”. É justamente essa relação entre sítio e forma urbana apontada por Lamas que se evidencia no traçado da cidade do Rio de Janeiro.

A cidade do Rio de Janeiro, quando mudou de lugar — do morro Cara de Cão para o de São Januário — foi também fundada no alto, à moda medieval, com o seu castelo, como Lisboa. Mas quando extravasou para a várzea, em princípios do século XVII, era já aproximadamente regular o seu traçado — que, pelo que se infere dos documentos, seria não muito diferente do que aparece no mapa de João Massé (SANTOS, 2001, p. 48).

Foi assim que a cidade se expandiu, ocupando uma faixa de terra firme no litoral. Também devemos considerar que, com o incremento da economia açucareira e das atividades portuárias, a população cresceu e, com ela, cresceu também a demanda por terra. Com a

atividade de mineração nas Minas Gerais, na última década do século XVII, o porto do Rio tornou-se o responsável pelo escoamento do ouro para a Metrópole.

Em meados do século XVIII a cidade foi elevada à condição de capital da colônia, que prosperava com a exploração mineral. Com a ampliação das funções urbanas administrativas e comerciais, de controle e exportação de todo o ouro produzido na colônia, os limites da cidade se ampliaram, ocupando um quadrilátero definido pelos morros do Castelo, São Bento, Santo Antônio e Conceição. No final do século estava formada a “cidade velha”, que se estendia até o Campo de Santana. Para o interior havia apenas pequenos núcleos de urbanização ao norte e ao sul da cidade (VAZ, 1996, p. 3).

Colchete Filho (2003, p. 87) menciona que algumas construções realizadas no período compreendido entre os séculos XVI e XVIII foram determinantes para a consolidação da cidade na várzea e pelo gradativo abandono do Morro do Castelo como centro original. “A arquitetura monástica, promovida por quatro importantes ordens religiosas se destacava em meio à arquitetura civil, bastante tosca, com casas geminadas térreas ou sobrados, inseridas em terrenos estreitos” (COLCHETE FILHO, 2003, p. 87).

Com relação à configuração dos lotes, Vaz (1996, p. 3) menciona que é resultante da atitude de demarcar o maior número possível de testadas sobre as ruas, as quais eram quase sempre obtidas através do “longo e intenso trabalho de aterro dos encharcados para a obtenção de terras edificáveis”. Assim, o tecido obtido foi formado por lotes retangulares, com grandes profundidades e estreitas testadas, que, segundo a autora, acentuava mais ainda a antiga estrutura fundiária portuguesa.

Quanto à arquitetura residencial urbana do período colonial, Reis Filho (2004, p. 22) afirma que estava baseada em um tipo de lote com características bastante definidas e menciona que “aproveitando as antigas tradições urbanísticas de Portugal, nossas vilas e cidades apresentavam ruas com aspecto uniforme, com residências construídas sobre o alinhamento das vias públicas e paredes laterais sobre os limites dos terrenos”.

Com avanço das tropas de Napoleão sobre a Europa no início do século XIX, a corte portuguesa se transferiu para o Rio e abriu os portos ao comércio com as “nações amigas”, promovendo, assim, um grande desenvolvimento urbano e uma expansão comercial. Vaz (1996, p. 3) escreve que

a pequena cidade colonial, que contava com cerca de 60.000 habitantes, na sua maioria escravos, adaptou-se à corte acostumada ao luxo das capitais europeias. Realizaram-se muitos melhoramentos, construíram-se prédios adequados ao status de capital do império, urbanizaram-se novas áreas aterradas na planície alagadiça. A cidade cresceu em direção ao norte e ao sul, acompanhando os vetores de urbanização que se dirigiam a estas duas direções.

A escravidão no Brasil foi extinta em 1888 e um ano mais tarde, em 1889, proclamada a República. Até então, os vários serviços ligados à economia doméstica natural que

caracterizavam as moradias urbanas dos senhores, como, por exemplo, o abastecimento de água e a retirada de esgotos, ficaram a cargo dos escravos. Benchimol (1985, p. 599) nos lembra que essas atividades se tornariam rentáveis serviços “públicos” e que as companhias estrangeiras seriam as responsáveis pela administração de tais serviços.

Ainda segundo Benchimol (1985), alguns fatos que marcaram o início da modernização da cidade do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX, foram: a abolição do tráfico negreiro em 1850, a consolidação política do Império, a expansão do café, a expansão demográfica e a urbanização, além da ampliação gradativa do trabalho livre. Dessa forma, o Rio de Janeiro, aos poucos, teve parte da sua história, impregnada na arquitetura e no espaço público, destruída. A imagem colonial deixou de ser bem-vinda. Foram-se as arquiteturas e ficaram os registros.

CONCLUSÃO

Recuperando a ideia de que os mapas constituem processos de comunicação, devemos considerar que não existe neutralidade daqueles que os elaboram, uma vez que o discurso do emissor se confunde com sua própria experiência de vida, ou seja, é diretamente dependente de um repertório pré-estabelecido. Também o leitor, nesse caso entendido como receptor, lê o mapa de acordo com suas próprias lentes. Segundo Rahy (2002, p. 42), é assim que “se estabelece o ciclo de comunicação onde o entendimento do mundo real chega ao leitor através das informações selecionadas por quem elabora o mapa”.

Portanto, para compreendermos a cartografia colonial, devemos utilizar uma lente bifocal, através da qual possamos mergulhar no contexto em que tais mapas e cartas foram produzidos e, à luz dos estudos contemporâneos, agregar valores àquela iconografia. A apropriação que o movimento Internacional Situacionista fez dos mapas antigos é um exemplo de utilização mais contemporânea dos mapas sem o comprometimento com a fidelidade entre a conformação física da cidade e aquela representada. Rahy (2002, p. 44) cita ainda que os Situacionistas apresentam este novo conceito de expressão — o mapeamento cognitivo — reforçando as antigas práticas: transmitir “as informações sobre o espaço de uma forma por vezes lúdica, porém não necessariamente incorreta ou incompleta”.

Hoje em dia, com o avanço dos sistemas de representação gráfica, sobretudo os digitais, já há diversos instrumentos de representação fotorrealística do espaço. Por meios eletrônicos é possível, de forma relativamente simples, obtermos representações de porções da Terra com excelentes níveis de precisão. Mas, como podemos conhecer os dados dos espaços que deram origem às nossas cidades? Como já mencionamos ao longo desse trabalho, a linguagem verbal dos documentos de época é uma fonte de memória. Entretanto, para nós, que lidamos com a linguagem não-verbal, a cartografia é, sem dúvida, um relevante instrumento para adquirirmos informações sobre o Período Colonial, época em que a fotografia sequer havia sido criada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPLAN RIO, 1997.

ALVAREZ, José Maurício Saldanha. A memória de Lisboa e a imagem da cidade do Rio de Janeiro na cartografia colonial do século XVII. In: ANAIS do Sexto Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em <http://www.geocities.com/ail_br/amemoriadelisboaeaimagemdacidade.htm>. Acesso em 15 jun. 2006.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005 (1984). (Coleção a).

BENCHIMOL, Jaime Larry. A Modernização do Rio de Janeiro. In BRENNA, G. (org.). **O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II**, Rio de Janeiro, PUC/RJ, 1985, p. 599-612.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva. 1999.

BERNARDES, Lysia. Evolução da paisagem urbana do Rio de Janeiro até o início do século XX. In: ABREU, Maurício de A. (Org.). **Natureza e sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade, 1992.

CENTRO DE ESTUDOS DE URBANISMO E ARQUITETURA. **Arquivo Virtual de Cartografia Urbana Portuguesa**. Lisboa: ISCTE. Disponível em: <<http://urban.iscte.pt>>. Acesso em 01 jul. 2006.

COLCHETE FILHO, Antonio Ferreira. **A Praça XV como lugar central da cidade: o projeto do espaço público através da imaginária urbana (1789, 1894 e 1999)**. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

DICIONÁRIO Michaelis UOL. 2001. Cd-Rom.

FARIA, Maria Dulce de. **A Representação Cartográfica no Brasil Colonial na Coleção da Biblioteca Nacional**. 2005. Disponível em <http://consorcio.bn.br/cartografia/cart_colonial.html>. Acesso em 01 jul. 2006.

JOLY, Fernand. **A Cartografia**. Campinas: Papiros Editora, 1990.

KÓS, José Ripper. Multimídia interativa: um novo paradigma de documentação do edifício e da cidade. In: ANAIS do II Seminário Iberoamericano de Gráfica Digital. Mar del Plata: Editorial SiGraDi, 1998.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

MEES, Luiz Alexandre Lellis. **As representações do Novo Mundo na cartografia portuguesa do século XVI**. 2002. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2002.

NOVO, Belén Rivera; MARTÍN-MERÁS, Luisa. **Cuatro siglos de cartografía en América**. Madrid: Editorial Mapfre, 1992. (Colección Mar e América, 16).

PEREIRA, Gilberto Corso. Visualização e representação do espaço urbano. In: ANAIS do VIII Seminário Iberoamericano de Gráfica Digital. São Leopoldo: Editorial SiGraDi, 2004.

PORTAS, Nuno. Os tempos das formas nas cidades lusas do Brasil. **Revista Oceanos**, nº 41, pp. 162-172, jan./mar. 2000.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Rio 500: O Rio de Janeiro no século XVI**. Rio de Janeiro, 2000. CD-Rom.

QUÉAU, Philippe. **Lê Virtual, Vertus et Verites**, 1995. Disponível em <<http://www.ina.fr/Livre/index.html>>. Acesso em 16 abr. 2004.

RAHY, Izarosara Borges. **Cartografia e Iconografia de Salvador do Século XVII: análise das produções portuguesa e holandesa**. 2002. Dissertação (Mestrado em Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2002.

RAMINELLI, Ronald. In: PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Rio 500**: O Rio de Janeiro no século XVI. Rio de Janeiro, 2000. Encarte de apresentação do CD-Rom.

REIS, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: EDUSP, Imprensa Oficial do Estado, FAPESP, 2000.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. As cidades como puderam ser no Brasil. In: SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói: EDUFF; São Paulo: Projeto, 1988. pp. 38-46.

SANTOS, Paulo F. **Formação de cidades no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

VAZ, Lílian Fessler. Apontamentos para uma história de bairros da cidade do Rio de Janeiro. In: COLÓQUIO DE HISTÓRIA URBANA. Universidade de Guadalajara. Lagos de Moreno, Jalisco. 1996.